

Leitura e vestibular: novos horizontes

*Claudete Amália S. de Andrade**

*"A literatura não exige soluções, exige envolvimento."
(Moacyr Scliar)*

Resumo: O texto examina alguns dos efeitos produzidos pela indicação de leitura de literatura para o vestibular entre os seus receptores mais imediatos, os professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio e os alunos candidatos ao vestibular, no contexto específico da Universidade Federal de Santa Catarina. É uma reflexão desenvolvida a partir da observação da leitura realizada por pré-candidatos e por alunos recém ingressados na universidade.

Palavras-chave: Leitura, literatura, vestibular, recepção, ensino.

Abstract: This text discusses some of the effects produced by the indication of literature reading for the university selection exam among their most immediate recipients, that is, the high school teachers of Portuguese and the students who were candidates to the exams, within the specific context of the Federal University of Santa Catarina. It is a reflection developed from an observation of the readings presented by both, pre-candidates and freshmen who recently entered university.

Key-words: Reading, literature, university selection exams, reception, teaching.

I – Para início de conversa

“Por que tenho de ler literatura se vou fazer vestibular para engenharia?” Seria uma pergunta comum e até insignificante, apesar da insistência com que vem sendo enunciada, se não fosse proferida por uma estudante que lê e que se pode considerar como uma leitora distinta da maior parte dos estudantes do secundário. Foi, pois, a partir de tal questão e do desconforto por ela gerado que surgiu a motivação para desenvolver uma pesquisa com o objetivo de buscar elementos para compreender o processo de recepção e consumo – ou não – da leitura de textos literários indicados para o vestibular.

A pergunta dessa aluna apresentava aspectos novos na intrincada questão do desinteresse pela leitura. Entre eles destacava-se o fato de que, individualmente, essa aluna faz parte de um número restrito de alunos que saem do ensino médio como leitores. E de quem não se esperaria uma atitude de resistência e/ou reação à leitura de qualquer natureza. Mas surpreendentemente diante da exigência do vestibular, essa aluna (individualmente distinta) une-se ao grande contingente de estudantes que reagem a essa obrigatoriedade.

* Licenciada em Letras, Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Literatura Brasileira – UFSC, 1982, Professora de ensino médio e fundamental no Colégio de Aplicação da UFSC, desde 1984, Doutorado em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS), concluído em 2001.

Esse comportamento inesperado indica que alguma coisa está fora da ordem, fora do lugar. O fato incontestável de sua reação a tal imposição desencadeia uma série de estranhamentos por parte de quem está envolvido com a formação do leitor e tem, nesse tipo de aluno, uma resposta ao trabalho desenvolvido no cotidiano de sala de aula.

Buscar elementos para compreender as razões da inserção de mais esse estudante entre aqueles que compõem o grande universo dos que normalmente não lêem, constituiu o tema da pesquisa que culminou com a produção da tese “Dez livros e uma vaga: a leitura de literatura no vestibular”¹, desenvolvida sob a orientação da professora Dra. Regina Zilberman, na PUC – RS. Assim, compreender as razões da não leitura seria buscar argumentos novos para responder à velha pergunta enunciada por um contingente expressivo de estudantes não leitores, composto pelo maior percentual entre os candidatos a uma vaga na universidade.

A princípio, a presença dessa exigência entre os conteúdos do vestibular representou entre os professores do ensino médio um fator chave para impulsionar a mudança de comportamento do estudante em relação ao consumo da leitura do texto literário. Representava a parceria necessária e autorizada para enfraquecer os argumentos do aluno não leitor, para quem ler é uma atividade “sem futuro”, ou seja, que não tem praticidade. Assim, a indicação de leitura como parte das exigências do vestibular, poderia abalar tal crença. No entanto...

II – A leitura no vestibular

Pensar sobre a leitura para o vestibular é pensar também, necessariamente a escola, “lugar onde se aprende a ler e escrever, conhece-se a literatura e desenvolve-se o gosto de ler” (Zilberman, 1988). De certo modo, é tratar de um tema no final de um ciclo do processo de formação do leitor, em que a possibilidade de entrar na universidade se apresenta. É um momento em que leitura e vestibular se aproximam pelo limite – isto é, é imprescindível ler, e pela transgressão desse limite que representa, respectivamente, o encerramento e o ingresso de/em fases diferentes da vida de estudante e de leitor.

Aproximar esses dois temas de forma explícita, no entanto, é uma preocupação recente no contexto da educação brasileira. Convém lembrar que a inclusão de leitura de literatura para esse exame data dos anos 90, e foi uma iniciativa da instituição do vestibular. Por sugestão do professor de grego Henrique Muracho, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), a Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) lançou para o vestibular de 1990 a primeira lista de indicações de leitura para esses exames. Considerando o caráter da medida, rapidamente outras instituições foram incluindo tais listas nos seus vestibulares.

Essa inclusão teve por objetivo proporcionar o contato do estudante candidato a uma vaga na universidade, com obras clássicas a fim de que, através de uma

1. Algumas das considerações apresentadas aqui estão mais desenvolvidas na tese “Dez livros e uma vaga: a leitura de literatura no vestibular”, elaborada sob a orientação da Professora Dra. Regina Zilberman, da PUC – RS e defendida em janeiro de 2001.

escrita exemplar, ele pudesse melhorar a qualidade de sua redação. Pretendia-se contribuir para amenizar as dificuldades que o candidato apresentava nas provas de língua portuguesa e, posteriormente, na produção de textos escritos durante a vida acadêmica. Segundo seus idealizadores, essa contatado seria fundamental para o alcance de tal objetivo.

Com essa medida o vestibular passou a ser visto como mais um agente implicado na tentativa de interferir na crise de leitura que se disseminava havia algum tempo. Embora não fosse seu objetivo resolver essa questão, a expectativa de que tal fato viesse a ocorrer conferiu às listas um sentido maior do que um simples requisito para uma de suas provas.

Para a leitura, em particular, fazer parte dos conteúdos para o vestibular representou a oportunidade de recuperar o prestígio e de se reafirmar como um valor cultural da sociedade, com o respaldo das instituições de ensino superior. Ao transformá-la em um item obrigatório para a prova de língua portuguesa, o vestibular agregou ao seu caráter avaliativo o de mediador entre o texto literário e o leitor, com conseqüências diversas para os setores envolvidos com o ensino da língua. Com essa exigência o vestibular recolocou em cena a leitura e interferiu de algum modo numa das questões mais candentes do ensino na atualidade.

Esse processo é particularmente interessante pelos desdobramentos que teve e vem tendo. Em termos imediatos esperava-se que em poucos anos os resultados positivos da medida aparecessem e que os problemas com a leitura sofressem uma redução significativa. Com essa expectativa, por parte da escola e dos profissionais, as listas de leitura foram bem recebidas. Respaldavam velhas aspirações dos professores de língua portuguesa com sérias dificuldades nesta área e a valorização do empenho desses profissionais que reivindicavam, há algum tempo, auxílio no sentido de vencer – ou diminuir – as dificuldades para a promoção da leitura do texto literário e para a formação do leitor entre estudantes do ensino fundamental e médio. Em outras palavras, representavam uma tentativa a mais no sentido de encontrar opções para reverter o complexo quadro de “não leitura” existente no meio escolar.

A princípio, esperava-se que as indicações fossem feitas tendo como referência os textos literários presentes nos programas de língua portuguesa do ensino médio. Fazendo isso, o vestibular estaria operando em sintonia com esse nível de ensino e estabelecendo uma parceria significativa para enfrentar a questão da não leitura.

No caso da Universidade Federal de Santa Catarina, porém, contexto ao qual essa reflexão se insere, a esperada parceria não se efetivou totalmente. É que as indicações para o vestibular na instituição tomaram um rumo próprio ao incluir um percentual de 60% de obras da literatura contemporânea nas listas. Essa presença, por sua vez, alterou o processo de recepção das listas de leitura, constituindo um dos aspectos a se considerar para se refletir sobre o baixo consumo de leitura, apesar da obrigatoriedade do vestibular.

Em função da permanência do problema e da complexidade que ronda o contexto em que as listas estão inseridas, refletir sobre as questões dessa natureza torna-se uma tarefa significativa para quem deseja compreender o processo e as variáveis que interferiram na relação e no consumo da leitura neste contexto.

III – As indicações: as inquietações vindas com os livros

A presença de dez livros² a serem lidos pelo candidato ao vestibular anualmente apresenta consideráveis contribuições para se refletir sobre o consumo e o próprio ensino da leitura de literatura.

O fato de serem dez obras literárias renovadas a cada ano confere a essa leitura especificamente, um caráter de disciplina dentro da disciplina de língua portuguesa, com programa próprio e sempre atualizado³, em função da quantidade de material de leitura que representam. Constituem, assim, além de uma vitrine de divulgação de obras literárias, uma exigência de atualização do leitor, qualquer que seja a sua relação com a leitura. E nesse sentido distanciam-se, tais relações, daquilo que normalmente é veiculado no nível médio. Ao encaminhar suas listas na direção da produção contemporânea, a instituição do vestibular se afasta do instituído e do universo de expectativas dos seus leitores – o professor e o estudante, tendo como consequência uma recepção problemática do material de leitura. E isso ganha maior visibilidade no modo como o professor recebe e trabalha com esse material.

A ruptura das expectativas entre o que é indicado e o que é esperado aprofunda a distância entre a instituição proponente e seus receptores que não se reconhecem nas seleções de leitura. Os livros apresentam-se, na verdade, como um problema hierarquizado: em geral, não são conhecidos pelos professores do ensino médio; não constituem parte do referencial presente em manuais voltados para esse nível de ensino, e não são conhecidos pelos alunos. São produções recentes – muitas delas com a primeira edição nos anos 90⁴ – e de autores novos que desacomodam o professor em relação a uma prática pedagógica em que o texto literário muitas vezes serve como ilustração para os conteúdos da literatura ensinada. Tradicionalmente trabalhando com clássicos da literatura brasileira e em especial com obras reconhecidas pelo cânone, o professor de língua portuguesa foi surpreendido com a indicação de um número expressivo de obras estranhas àquelas normalmente encontradas nos seus programas de ensino.

A prerrogativa de ser sujeito de sua própria leitura nem sempre é uma habilidade explorada e desenvolvida pelo professor. Habitado a ensinar mais história da literatura do que a literatura efetivamente, esse profissional foi impelido, através das indicações de leitura para o vestibular, a apresentar-se como sujeito de sua própria leitura, substituindo a figura do “guardador da esfinge” (Scliar, 1991), do transmissor de um saber reconhecido e respaldado pelo apoio do referencial crítico dos textos clássicos. Apresentar-se mais como leitor do que como professor é uma das consequências que a presença das obras atuais praticamente impôs aos

2. O número de indicações não segue uma norma preestabelecida como a relativa à redação. Essa é uma constatação feita em função das listas de 31 instituições de ensino superior para o vestibular de 1999. Desse grupo nove (29,03%) têm uma lista com dez livros, enquanto nas demais esse número varia desde três até quatorze.

3. Refiro-me aqui à atualidade das indicações de leitura da UFSC, nos dez anos de listas dessa instituição. Um número expressivo com a primeira edição a partir dos anos sessenta.

4. *Quase memória* (1995), *Uma noite em Curitiba* (1996), *Cidade de Deus* (1997), *Um crime delicado* (1997), para citar algumas delas.

profissionais da língua portuguesa para darem conta das novas exigências surgidas com as listas.

Entre as novas necessidades, pode-se apontar algumas como, por exemplo, a de ler determinadas obras quase ao mesmo tempo que o aluno, distinguindo-se um e outro pela formação e não mais pela reprodução da crítica institucionalizada. Isso significa conviver com questões como as apontadas por uma professora de cursinho mediante uma dessas situações. Diante de livros como “Sargento Getúlio” (1996) e “Um copo de cólera” (1995) constatou que não havia “nada para poder decifrar aquele conteúdo monstruoso (...) Não tem crítica a respeito, você fica pisando em ovos: será que interpretei certo?” (Andrade, 2001, p. 204). Como ilustra o depoimento, ao tratar de licenciatura contemporânea o professor não pode contar com uma crítica pronta e conhecida, como no caso das obras tradicionais. Tal necessidade expõe o profissional em sua fragilidade como leitor e desestabiliza, por extensão, um tipo de ensino cristalizado por se realizar sobre essas bases.

Em conseqüência, desenvolve-se uma mediação problemática entre o leitor e o texto literário, em virtude da defasagem do professor em relação à leitura desse tipo de texto. Nessas condições, ou o professor toma uma atitude como a apresentada acima, mesmo que “pise em ovos”, ou opta por outra, em que prefere excluir da sua relação de trabalho as obras que não conhece, conforme depoimento de outra professora: “Vou tirar o que não conheço”.

Vista assim, a inserção da leitura como conteúdo para o vestibular apresenta-se de forma ambivalente: por um lado revitaliza o significado do ensino da literatura e garante a sua sobrevivência entre os conteúdos do ensino médio; mas, por outro, transforma-se em mais um conteúdo a ser consumido de modo rápido e facilitado em vistas à realização de uma prova.

Qualquer que seja a realidade desse ensino nas escolas e a atitude do professor em relação ao aproveitamento dessas indicações, observa-se que apesar de ter recuperado parte do prestígio através das listas, ainda é inexpressiva a alteração do consumo da leitura. Instigado a ler dez obras para a prova, o estudante assoberbado de exigências e de conteúdos de outras disciplinas busca opções alternativas para dar conta do volume de leitura a ser consumido. Numa perspectiva pragmática, cumpre a tarefa de conhecer as obras sem que isso signifique lê-las na íntegra. Dessa perspectiva, opera-se uma mudança no significado do ato de ler: a fim de dar conta de mais um dos conteúdos para prova, o estudante emprega expedientes práticos e menos convencionais de leitura como a substituição do texto original pelos seus resumos.

Esse talvez seja o grande paradoxo da presença de leitura entre os conteúdos para essa exame. Vindo de uma trajetória marcada pela resistência e questionamento quanto à necessidade de ler literatura, diante da exigência de fazê-lo para essa prova, o estudante chega ao último ano do ensino médio com o desafio de ler num período de doze meses dez livros para disputar uma vaga na universidade.

Essa condição da leitura, tornar-se “matéria de prova”, confere-lhe um caráter pragmático, em função da necessidade de ser consumida e da perspectiva do uso imediato e com um objetivo concreto. A leitura transforma-se, assim,

gradativamente em um bem de consumo, com a conotação que esse último conceito tem na sociedade de massa. Em outras palavras, a leitura que num primeiro momento recupera sua importância como um valor cultural, num segundo, perde-a em função do modo e do objetivo com que é consumida.

Mas o que melhor representa a atitude de leitura da atualidade em relação às indicações e aqui, independente de serem essas de obras clássicas (como se pode observar nos inúmeros *sites* com esse material) ou de obras contemporâneas, é o fato de que não há necessidade de se ler todas as obras, ou de as mesmas serem lidas integralmente. Esse comportamento vem se consolidando e, pode-se dizer, institucionalizando através da difusão dos cadernos de resumos dos cursinhos pré-vestibulares. Com uma proposta tentadora, esse material, amplamente difundido, inclusive pela Internet, vem oferecendo uma opção de leitura compactada e conveniente para as condições (ou falta delas) do estudante, no sentido de atender a “obrigatoriedade” que o vestibular lhe impõe.

Isso fica evidente através da proliferação de cadernos de resumo sobre os livros indicados para as provas do vestibular. Atentos ao movimento da sociedade atual, os cursinhos vêm transformando as obras indicadas em resumos, numa forma barateada e sintética de leitura, facilmente vendável e de consumo mais garantido. São esses resumos uma expressão adequada do pragmatismo de uma época em que ler demanda muito tempo.

A substituição da leitura do texto original pelo resumo, ou por comentários de qualquer outra natureza a respeito das obras, constitui toda a leitura feita, ou a leitura possível desse material, para uma parcela significativa de estudantes, preocupados apenas com a informação que possibilite a realização da prova. É o que indicam as respostas de 117 alunos recém ingressados na universidade, quando questionados a respeito da leitura integral dos livros indicados para o seu vestibular. Desse grupo, apenas onze (9,40%) haviam lido as dez obras integralmente⁵.

Dados dessa natureza informam como vem se desenvolvendo a leitura exigida para o vestibular entre os candidatos à universidade. Como qualquer outro bem de consumo, também a leitura, ao ser incluída entre os conteúdos desse exame, transforma-se em função de uma finalidade objetiva e em nome da qual será consumida. Nesse sentido, a expectativa de que através da leitura obrigatória fosse alterada a relação entre leitura e leitores em formação realiza-se de modo diverso do esperado.

Conforme se observa na relação que o estudante estabelece com o material das listas, a leitura proposta, quando realizada, produz-se sob novas formas de ler e/ou de consumir o texto literário. Esta é uma das novidades relativas à leitura, para a qual convém que a escola e os profissionais que atuam nessa área estejam atentos.

Qualquer que seja a opção de leitura do candidato, fica evidenciado, diante do exposto, o que se desejaria que realmente ocorresse em relação a essa questão, que na atualidade o vestibular vem se afirmando como um novo agente de medi-

5. Essa informação é parte dos dados obtidos junto a alunos aprovados no vestibular de 1999 para os cursos de Odontologia (26), Letras (38), Engenharia de Materiais (26) e Pedagogia (27) da UFSC e empregada como material para a elaboração da tese “Dez livros e uma vaga: a leitura de literatura no vestibular”, PUC – RS, 2001

ação de leitura. E, principalmente, que sua contribuição para a leitura deve ser considerada sob dois aspectos: o de promover o surgimento de “novos comportamentos” do leitor diante do texto literário, com a adoção de formas alternativas de leitura; e o de apontar para a necessidade de novas atitudes e estratégias dos professores de língua portuguesa no sentido de proporem uma reorientação no encaminhamento da leitura neste contexto.

Independentemente dos resultados positivos ou negativos que a presença da leitura de literatura venha produzindo entre os leitores, após sua inclusão como matéria do vestibular, parece necessário reconsiderar as condições singulares em que se indica a leitura para essa prova. Embora seja uma leitura circunscrita a esse contexto, com aspectos muito específicos a serem considerados, acredito que as alterações de comportamento explicitadas por diferentes leitores devam ser vistas e analisadas como uma das expressões de uma determinada época. E nesse sentido, considerar que entre as muitas alterações que se processam na atualidade, segundo Escarpit (1970) destaca-se o fato de se ter retirado da leitura literária o caráter gratuito, de conteúdo não funcional e não utilitário que caracterizaria a literatura. Em outras palavras, é importante considerar que os baixos índices de consumo da leitura indicada para o vestibular representam uma das conseqüências das relações sociais do contexto atual.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. (Org.). *Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º COI.E*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- ANDRADE, C.A.S. *Dez livros e uma vaga: a leitura de literatura no vestibular*. 2001. Tese (Doutorado) – PUC – RS, Porto Alegre.
- ESCARPIT, R. *Le lireire et le social*. Paris: Flammarion. Tradução de Mara E. Pereira (texto mimeografado), 1970.
- JAUSS, H.R. *História da literatura como provocação à teoria da literatura*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- ZILBERMAN, R. *A leitura e o ensino da literatura*. São Paulo: Contexto, 1998.
- . *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1987.